

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de junho/2017, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2017, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 7ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, definir aplicação de valores recebidos do COMPREV, verificar limites da PAI-2017 e avaliar documentação concernente ao Credenciamento das Instituições Financeiras.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, conforme apontam dos dados econômicos na EUROPA a economia da zona do euro cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior e 1,9% em relação ao ano anterior. Assim, a confiança econômica na região atingiu o nível mais alto em quase 10 anos. O Banco Central Europeu – BCE, já vê crescimento sólido também no segundo trimestre. Em maio, conforme o informado pela agência Eurostat no início de julho, a taxa de desemprego na zona do euro ficou estável em 9,3%. A maior taxa foi a da Grécia, com 22,5% de desempregados e a menor foi na República Tcheca com 3%. A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se aproximado de 2% em março, na base anual, desacelerou para 1,3% em junho, a menor taxa do ano. Já o BCE, em sua última reunião no início do mês, manteve em 0% a taxa básica de juro e em -0,4% a taxa de depósito. EUA: Conforme a estimativa final divulgada pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 1,4%, ao invés de 1,2% da estimativa anterior. O maior crescimento foi impulsionado pelos gastos do consumidor. O mercado de trabalho permaneceu muito robusto. Em junho foram criados 222 mil novos postos não agrícolas, quando a expectativa era de 174 mil. No entanto, a taxa de desemprego que era de 4,3% em maio, subiu para 4,4% com mais

pessoas procurando emprego. Na sua reunião no meio do mês, o Comitê Federal de Mercado Aberto do FED, o Fomc, decidiu elevar os juros uma vez mais neste ano. A taxa básica subiu do intervalo entre 0,75% e 1% aa, para o intervalo entre 1% e 1,25% aa. No comunicado pós reunião houve indicação que uma nova alta ainda pode ocorrer neste ano. ÁSIA: Na China, a atividade econômica seguiu conforme o esperado pelo governo, tanto que o FMI elevou de 6,6% para 6,7% a previsão de evolução do PIB neste ano. Já as reservas internacionais do país continuaram a se recuperar e atingiram US\$ 3,05 trilhões em maio. No Japão, o PIB do primeiro trimestre de 2017 teve o seu crescimento revisado de 2,2% em doze meses, para 1%. No entanto, o banco central do país melhorou sua visão sobre o consumo. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL: No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,21% a.a. no final de maio, terminaram junho com um rendimento de 2,37% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o semestre rendendo cerca de 1,23% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,36%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 1,62% perante o euro e 1,45% perante o yen, por exemplo. Já as bolsas internacionais tiveram resultados mistos em junho. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 1,58% no mês e a inglesa (FTSE 100) 2,76%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,95%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 0,48%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 7,56%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA: Conforme divulgação do IBGE, em meados de junho, o segundo trimestre começou para a economia brasileira, com uma expansão de 0,28% em abril, frente a março. Em relação a um ano antes, no entanto, houve um recuo de 1,75%. Nesse mês, as vendas no varejo surpreenderam, sendo que a alta de 1% foi a maior para um mês de abril em nove anos e o setor de serviços, também com crescimento de 1% foi outro destaque. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no país se situou em 13,3% no trimestre encerrado em maio, sendo que um ano antes era de 11,2%. O número de desempregados foi de 13,8 milhões de pessoas. SETOR PÚBLICO: Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 30,7 bilhões em maio. Foi o pior resultado para um mês de maio de toda série histórica e foi agravado pela antecipação do pagamento de precatórios. No ano o déficit primário acumulou R\$ 15,6 bilhões e em doze meses R\$ 157,7 bilhões (2,47% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 430,9 bilhões (6,75% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 588,6 bilhões (9,22% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,63 trilhões (72,5% do PIB). INFLAÇÃO: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou de maio para junho de 0,31% para -0,23%. Foi a primeira deflação desde junho de 2006. Em doze meses, a alta acumulada foi de 3% e no ano de 1,18%. O maior recuo de preços foi no grupo habitação por conta da energia elétrica e dos combustíveis. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), caiu 0,30% em junho passando a acumular uma alta de 1,12% no ano e de 2,56% em doze meses. JUROS: A ata da última reunião do

Copom, divulgada no início de junho reiterou o aumento das incertezas com a crise política, mas não afastou a possibilidade da manutenção do corte da taxa em 1% na próxima reunião, no final de julho. Com a deflação de junho, uma queda maior da taxa Selic voltou para o radar do mercado.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO: A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R\$ 3,3082, com uma valorização de 1,99% no mês. Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 2,9 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 18,1 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,9 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram junho em US\$ 377,7 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 314,3 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2017 um superávit de US\$ 7,19 bilhões, o maior superávit para o mês desde 1989 e acumula no ano um saldo de US\$ 36,22 bilhões, recorde para o período.

RENDA FIXA: Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de maio acabou sendo o do IRF-M 1+, com alta de 1,51%, seguido do IRFM Total, com 1,35% e do IRF-M 1, com 0,89%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 18,04%, seguido do IDkA 20 (IPCA), com alta de 17,04% e do IRF-M Total com alta de 16,68%.

RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,30% e agora acumula no ano uma alta de 4,44% e de 20,42% em doze meses.

PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL: As atenções no mercado internacional em julho se voltam para a reunião do FOMC, no próximo dia 26, em um momento em que o colegiado está dividido sobre o rumo da inflação e em que deve avançar com a discussão sobre a redução gradual do balanço da entidade a se iniciar nos próximos meses.

MERCADO NACIONAL : No mercado local, as atenções em julho estarão voltadas para a próxima reunião do Copom, também no próximo dia 27, em que uma nova redução da taxa Selic deverá ocorrer. A dúvida repousa na intensidade da redução na medida em que por um lado a deflação de junho reascende a expectativa de uma redução de pelo menos 1%, mas por outro o prolongamento da crise política mantém a incerteza da permanência do governo e da aprovação das reformas. A recomendação é de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total). Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) a recomendação de uma exposição de 20% para 10%. Os recursos poderão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 15% (5% anteriormente). Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%). É importante lembrarmos que a crise é de ordem política e não econômica. As quedas ocorridas em

consequência acabaram por criar oportunidades de investimento que não merecem ser desprezadas. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de junho/2017** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em junho e 2º Trimestre de 2017, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2017, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2017), aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 7ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e aplicação do valor de R\$265.864,85, recebido do COMPREV.** Considerando que as despesas com folha de pagamento do Instituto de Previdência e demais despesas administrativas são pagas com resgate mensal do Fundo SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA, uma vez que o mesmo possui baixo nível de volatilidade e liquidez imediata e haja vista que os recursos do referido fundo não são suficientes para a cobertura das despesas dos próximos meses, foi decidido por unanimidade que os valores disponíveis para investimento serão nele aplicados, haja vista que está devidamente credenciado e possui rentabilidade acumulada muito próxima dos outros fundos IRFM 1 das instituições financeiras credenciadas. Interessante ressaltar também que os pagamentos das despesas são efetuados através do Banco Santander e que o resgate de valores de outras instituições financeiras gera custos com tarifas. Ressaltando também que para atender a PAI – 2017 houve redução dos fundos alocados no Artigo 7º, inciso I, Alínea “b”, como é o caso do fundo em referência. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência junho/2017, cujo vencimento se dará em 12/07/2017 e os valores a serem recebidos do pagamento da 7ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016 e valores recebidos do COMPREV, serão aplicados no FUNDO SANTANDER IRFM 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA.** Observou-se que os investimentos estão devidamente enquadrados perante os limites definidos pela Resolução 3.922/10, porém de acordo com a política de investimentos para o exercício de 2017, alguns limites estão abaixo do limite inferior, e com isso consultas estão sendo realizadas visando adequar a carteira de investimentos conforme prevê a PAI-2107, porém com devida cautela, avaliando o atual cenário. Seguindo foi relatada a necessidade de renovação do credenciamento das instituições financeiras e as instituições interessadas apresentaram a documentação e será avaliada nos próximos dias, uma vez que trata-se de grande número de papéis. Concluiu-se que assim que a documentação for analisada convocar-se-à uma reunião extraordinária caso faça-se necessário. Em seguida o Comitê de Investimentos deu

ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 02 de agosto de 2017, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 12 de julho de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Poliselí: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Aparecido Zara: _____

Célia Maria Bassi: _____